



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008256-07.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Protesto - Medida Cautelar**
 Requerente: **Spin Construtora Ltda**
 Requerido: **Sf Comércio de Papeis Eireli Epp**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Spin Construtora Ltda. propôs ação cautelar em caráter antecedente contra a ré SF Comércio de Papeis Eireli Epp., requerendo a concessão de liminar para sustação do protesto do título nº 00007640, no valor de R\$ 956,96, com vencimento em 04/07/2016, junto ao 1º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de São Carlos.

Decisão de folhas 15 deferiu a liminar, suspendendo o protesto e determinando a prestação de caução no valor total do título.

Prestada caução às folhas 26.

No prazo legal, a autora emendou a inicial (folhas 37/40), que foi deferida por meio da decisão de folhas 64, acrescentando os seguintes pedidos: a) declaração de inexistência do débito no valor de R\$ 956,96, referente ao título nº 7640; b) a sustação definitiva do protesto com a expedição de ofício ao Tabelionato respectivo; c) a condenação da ré no pagamento de indenização por danos morais no valor correspondente a 05 (cinco) vezes o valor do título.

A ré, em contestação de folhas 41/45, requereu a improcedência do pedido, alegando que: a) o representante da Cooperativa de Produção de Esquadrias de Aço e Alumínio - COPEMA, Sr. Robson, em meados de junho do corrente ano entrou em contato com a empresa ré a fim de adquirir plástico bolha e fita adesiva; b) apesar de ser cliente há anos a venda não foi concretizada por constarem restrições de crédito em nome da Cooperativa; c) o mesmo representante entrou em contato novamente a fim de efetuar a compra das mesmas mercadorias, porém, a venda deveria ser faturada em nome de Spin Incorporadora Ltda. e entregue na Cooperativa; d) foram encaminhados e-mails pela COPEMA contendo informações cadastrais da autora Spin; e) as referências positivas da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

autora permitiram a aprovação do cadastro e o pedido foi liberado e faturado o que ocasionou a emissão da nota fiscal eletrônica e título nº 00007640 em nome da autora Spin Incorporadora Ltda, no valor de R\$ 961,73 e com vencimento em 05/07/2016; f) a autora tinha total conhecimento da transação e também foi cientificado do vencimento do título; g) a mensagem eletrônica do dia 03/08/2016 da Copema comprova o recebimento da mercadoria; h) até a data do ajuizamento da ação não foi efetuado o pagamento por parte da autora.

Réplica de folhas 66/68.

A ré, em contestação de folhas 70/75, com relação à emenda à inicial, alega que: a) não praticou ilegalidade ao protestar o título, eis que a mercadoria foi devidamente entregue e acompanhada e nota fiscal eletrônica; b) inexistente o dever de indenizar, tendo em vista que agiu no exercício regular de direito.

Réplica de folhas 79/82.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide nos termos do artigo 355, I, do Código de Processo Civil, porque impertinente a produção da prova oral ou pericial.

A duplicata é um título causal, ou seja, encontra-se vinculada à relação jurídica que lhe dá origem que é a compra e venda, devendo a entrega da mercadoria ou a prestação do serviço ser comprovada documentalmente.

A duplicata sem aceite, por documentar um crédito decorrente de compra e venda mercantil ou prestação de serviços, deve ser acompanhada do comprovante da entrega da mercadoria ou da prova da prestação do serviço, sob pena de ser declarada nula.

A ré, todavia, confessou que efetuou a venda dos produtos para a Cooperativa de Produção Esquadrias de Aço e Alumínio – COPEMA, porém, por solicitação do representante legal da Copema, a compra foi faturada em nome da autora porque a Copema possuía restrições de crédito, e porque ambas tinham interesses comuns, tendo emitido a nota fiscal e a duplicata em nome da empresa autora.

A nota fiscal de nº 7640, acostada às folhas 52, não contém a assinatura no campo apropriado ao recebimento da mercadoria.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Não andou bem a ré ao emitir a nota fiscal e a duplicata mercantil em nome de terceira pessoa que não fez parte da relação comercial, uma vez que ela própria confessou que os produtos foram adquiridos e entregues para a Copema e não pela autora.

A autora negou qualquer relacionamento jurídico com a ré que justificasse a emissão da nota fiscal e da duplicata em seu nome.

Ademais, a alegação da ré de que os dados cadastrais confidenciais da autora foram fornecidas pela Copema não comportam acolhimento, tendo em vista que os dados comerciais da autora e que a ré alegou serem sigilosos podem ser obtidos na própria rede mundial de computadores, sendo empresa do ramo da construção civil e mantém seu cadastro em centenas de lojas e prestadores de serviço, conforme argumentou a autora (**confira folhas 80**).

Assim, ante a falta de documento que comprove a entrega da mercadoria para a autora, de rigor a declaração de inexistência do débito, confirmando-se a tutela cautelar.

Por outro lado, procede o pedido de condenação da ré no pagamento de indenização por danos morais.

O apontamento para protesto da duplicata sem lastro comercial gerou dano moral à autora, porque independe de prova a sua ocorrência. Tratando-se a autora de pessoa jurídica que não pode ter seu nome levado a protesto, sob pena de lhe prejudicar outros negócios.

Considerando a condição econômica das partes e o caráter pedagógico da condenação, fixo o dano moral em R\$ 4.780,00, com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do ato ilícito, considerando-se, para tanto, a data do protocolo junto ao 1º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de São Carlos, ou seja, 07/07/2016 (**confira folhas 13**).

Nesse sentido:

Apelação - Declaratória de Inexistência de Débito c/c Dano Moral - Duplicata - Título sem aceite - A prova do dano moral, nos casos de protesto indevido do nome de devedor, é prescindível. Dano in re ipsa – Dano moral fixado em R\$ 5.000,00 que atende aos critérios da razoabilidade e da proporcionalidade, reparando o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

dano sofrido sem acarretar o enriquecimento sem causa da apelada – Sentença Mantida – Apelo Desprovido (Apelação 0025735-73.2011.8.26.0576 Relator(a): Ramon Mateo Júnior; Comarca: São José do Rio Preto; Órgão julgador: 12ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 18/10/2016; Data de registro: 18/10/2016).

Diante do exposto, acolho os pedidos, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para o fim de: (i) declarar inexigível o débito referente à duplicata mercantil por indicação – DMI nº 00007640, levada a protesto junto ao 1º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de São Carlos – SP, confirmando-se a tutela cautelar de sustação de protesto; (ii) condenar a ré no pagamento de indenização por danos morais em favor da autora, no valor de R\$ 4.780,00, com atualização monetária a contar de hoje e juros de mora a partir do ato ilícito, nos termos da fundamentação.

Sucumbente, condeno a ré no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em R\$ 1.000,00, a fim de não aviltar o nobre exercício da advocacia, com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do trânsito em julgado. Nesse ponto, vale lembrar as brilhantes palavras do ex-presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho: “Os honorários dos advogados não podem ser aviltados. Devem ser considerados bem alimentar, essencial para que o profissional da advocacia seja valorizado e possa, dessa forma, fazer com que o cidadão seja engrandecido”.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 20 de outubro de 2016.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**